



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo analisar a viabilidade da contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais elétricos para a manutenção dos Prédios Públicos, visando atender às necessidades de manter as escolas, secretarias, praças esportivas e áreas de lazer em perfeito estado de funcionamento. Para isso, foi realizado um levantamento das demandas existentes, dos custos envolvidos e dos benefícios esperados com a contratação de uma empresa de fornecimento. Ainda, foi feita uma análise comparativa das licitações anteriores realizadas pelo município para esse tipo aquisição, bem como uma avaliação da demanda atual e futura de manutenção.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

(art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021) descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

O Município possui atualmente dezenas de locais onde funcionam as diversas secretarias, departamentos, centros de atendimento ao público, além de centros de ensino e de saúde, praças, áreas de lazer e esporte. Estes locais possuem estruturas físicas que necessitam de manutenção periódica nas redes elétricas, assim como reparos e troca de equipamentos.

O Município tem a obrigação de garantir que os prédios públicos estejam em boas condições de uso, preservando o patrimônio público e oferecendo conforto e segurança aos servidores e aos cidadãos.

A aquisição de materiais elétricos é essencial para realizar a manutenção das redes elétricas desses locais, para assegurar o bom funcionamento e garantir o atendimento adequado às necessidades da população. Sem esses materiais, os serviços colocados à disposição da população podem ser comprometidos, que



gerará prejuízos aos usuários e pode gerar responsabilização ao município por não conseguir garantir a qualidade e a continuidade dos serviços.

2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA

(art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021 V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)

Uma possibilidade seria a criação de um depósito de materiais elétricos pela prefeitura. Essa opção envolveria a manutenção de um estoque próprio dos materiais necessários, permitindo maior autonomia no fornecimento e evitando dependência exclusiva de fornecedores externos. A criação de um depósito pode oferecer conveniência e agilidade no acesso aos materiais, garantindo que a prefeitura tenha disponibilidade imediata dos itens necessários para manutenções e projetos elétricos. Além disso, pode permitir um melhor controle sobre os custos e garantir a disponibilidade de materiais em situações de urgência. Em resumo, embora a criação de um depósito de materiais elétricos possa parecer uma solução conveniente à primeira vista, os custos e desafios associados ao gerenciamento de estoque e à obsolescência de produtos tornam a licitação com critério de maior desconto sobre a tabela Sinapi, uma opção mais vantajosa e eficiente para a aquisição de materiais elétricos pela prefeitura.

A contratação de uma empresa para fornecimento de materiais elétricos diversos é necessária, haja vista a demanda por inúmeros itens diferenciados que só uma loja de material elétrico pode atender.

O pregão eletrônico com critério de julgamento pelo maior desconto linear sobre a tabela SINAPI-PR, é uma alternativa robusta e vantajosa para a aquisição de materiais elétricos pela prefeitura. Esta modalidade de licitação incentiva a competição entre os fornecedores, levando-os a oferecer descontos mais significativos para garantir o contrato. A justificativa para essa opção reside



no estímulo à competitividade das empresas, o que pode resultar em economia substancial para os cofres públicos.

Ao adotar o critério de julgamento pelo maior desconto sobre a tabela SINAPI-PR, a prefeitura está priorizando a obtenção dos melhores preços possíveis para os materiais elétricos necessários. Isso pode resultar em economias significativas a curto e longo prazo, permitindo à administração pública otimizar o uso dos recursos disponíveis. Além disso, o pregão eletrônico oferece transparência, agilidade e conformidade com a legislação vigente, garantindo um processo de aquisição justo e legal. Por meio da competição entre os fornecedores, a prefeitura pode selecionar a proposta mais vantajosa, levando em consideração não apenas o preço, mas também a qualidade e a capacidade de entrega dos materiais.

3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) justificativas para o parcelamento ou não da contratação:

A presente contratação será realizada de forma global, uma vez que o objeto é indivisível e corresponde a um único item — valor destinado à aquisição de materiais elétricos diversos, com disputa pelo maior desconto sobre o montante estimado, balizado pela Tabela SINAPI, que assegura referência oficial de preços praticados no mercado.

A opção pela contratação global se justifica pela necessidade de:

- Racionalizar o processo de compra e reduzir custos administrativos;
- Garantir padronização dos materiais adquiridos, assegurando compatibilidade técnica e qualidade;
- Facilitar o planejamento e controle de estoque, evitando descontinuidade nos serviços de manutenção predial.



Embora não haja parcelamento em lotes ou itens, será assegurada a reserva de cotas de até 25% do objeto para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, fomentando a participação de empresas locais e promovendo o desenvolvimento econômico regional.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

(art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021) estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

Considerando a necessidade premente de suprir a demanda crescente por materiais elétricos e a experiência anterior da administração municipal, é essencial uma estimativa precisa da quantidade de materiais necessários para atender às demandas ao longo do ano. Observou-se que a última licitação não foi suficiente para abastecer as necessidades ao longo dos 12 (doze) meses, especialmente em momentos de pico, como o início do ano letivo, adaptações em novas secretarias e o calendário festivo do município.

Diante desse cenário, a administração estima que será necessário um valor mensal em torno de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais) para a aquisição regular de materiais elétricos, com base em análises das últimas compras realizadas. Este montante é calculado para suprir as necessidades contínuas de manutenção, reparos e projetos elétricos ao longo do ano, levando em consideração o aumento da demanda associado a períodos específicos.

Além disso, é importante ressaltar que, durante os meses que antecedem o Natal, há um aumento significativo na necessidade de materiais elétricos devido à decoração festiva e aos eventos sazonais. Por esse motivo, a estimativa mensal de gastos pode aumentar consideravelmente, atingindo um valor de R\$ 60.000,00 durante o mês de dezembro.



Portanto, com base nessas projeções e na experiência passada, a administração considera essencial planejar um orçamento que possibilite a aquisição de materiais elétricos de maneira consistente ao longo do ano, garantindo a manutenção eficiente das instalações municipais, o suporte às novas demandas administrativas e a celebração adequada dos eventos festivos do município.

No ano anterior foi estipulado um valor total com base na demanda mensal, porem esse valor ficou reduzido devido a nova modalidade de licitação na qual aplica o valor do maior desconto obtido pelo vencedor da licitação, deixando o saldo inferior ao planejado. Por tanto, esse ano o cálculo já leva em consideração essa aplicação e estimula o valor com base também no desconto obtido na última licitação.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

Com base na estimativa de quantidade, referente à contratação de serviços de manutenção predial, estimou-se a nova proposta a ser contratada, no valor de R\$ 756.013,50.

Justificamos o aumento do valor em relação à licitação anterior, que foi de R\$ 522.800,00, pelos seguintes motivos:

O saldo licitado anteriormente referia-se ao valor montante da contratação e não contava que o percentual de desconto se aplicaria sobre esse valor, resultando num saldo de R\$ 326.750,00, abaixo do necessitado para o suprimento das necessidades anuais de manutenção dos prédios públicos.

Para o esse ano, reajustamos os valores conforme a inflação no mês de setembro que está no percentual de 5,17% e levamos em consideração o



percentual de desconto aplicado na ultima licitação de foi de 37,5% sobre o montante.

O valor proposto está alinhado com os preços praticados no mercado, porque levava em conta a tabela SINAPI. Além disso, trata-se de uma proposta vantajosa para a administração pública, pois contempla integralmente a demanda mensal prevista, garantindo a execução plena de todos os serviços solicitados. A proposta assegura qualidade, eficiência, sustentabilidade e o rigoroso cumprimento dos requisitos técnicos estabelecidos no edital, atendendo de forma responsável e estratégica às necessidades da contratante.

6. ANÁLISE DOS RISCOS

(art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021) a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

A análise de risco encontra-se anexa a esse processo.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

(art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

Tendo em vista os fatos acima aduzidos, compreende-se a aquisição de Materiais junto a empresas privadas, através de Pregão Eletrônico, com entrega à cargo do fornecedor, como solução que suprirá as necessidades da Administração. Tendo ainda como obrigação:

1 - Tratar as questões inerentes ao objeto com o fiscal do contrato, através do(s) responsável(is) técnico(s), não se admitindo aos demais empregados da CONTRATADA tratarem de questões técnicas com o fiscal do contrato, a não ser por iniciativa deste último;



2 - Responsabilizar-se por qualquer dano causado, por sua culpa ou dolo, a qualquer órgão público, empresa privada ou pessoa física, não cabendo ao Município suportar qualquer ônus;

3 - Responder por quaisquer danos morais, materiais, patrimoniais e/ou pessoais causados ao Município ou a terceiros, provocados ou negligenciados por seus profissionais e/ou prepostos, culposa ou dolosamente, ainda que por omissão involuntária, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município;

4 - Realizar com seus próprios recursos todas as obrigações relacionadas com o objeto deste registro de preços, de acordo com as especificações determinadas no Processo Licitatório, assumindo a responsabilidade técnica pelos serviços prestados e pelos equipamentos/acessórios disponibilizados;

5 - Além destas obrigações, ainda compete à CONTRATADA:

- a) Executar/entregar o objeto de acordo com as orientações do fiscal;
- b) Responsabilizar-se, civil e ético-profissional e responder pela qualidade;
- c) Substituir produtos, defeituosos ou executados em desacordo com as especificações e normas, não cabendo à firma executante o direito de indenização;
- d) Providenciar a regularização de falhas, defeitos ou omissões definidas pela Fiscalização do Município.

Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado, serão aplicados à CONTRATADA sanção prevista no edital e na legislação vigente.

6 - A CONTRATADA deverá fornecer materiais elétricos que atendam aos requisitos de desempenho e segurança estabelecidos na Portaria Inmetro nº 20, de 15 de fevereiro de 2017, que aprova o Regulamento Técnico da Qualidade para Luminárias para Iluminação Pública Viária. Os materiais elétricos deverão ostentar, no ponto de venda, de forma claramente visível ao consumidor, a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE, conforme previsto na Portaria Inmetro nº 164, de 05 de abril de 2012. A CONTRATADA deverá



apresentar, juntamente com a nota fiscal, o certificado de conformidade emitido por um organismo de certificação acreditado pelo Inmetro, que comprove o atendimento aos requisitos da Portaria Inmetro nº 20/2017. A CONTRATADA será responsabilizada por quaisquer danos ou prejuízos decorrentes do fornecimento de materiais elétricos que não estejam em conformidade com a referida Portaria.

Após análises conclui-se que a aquisição dos materiais elétricos via desconto aplicado sobre a Tabela Sinapi aqui propostos é a solução mais adequada para suprir as demandas do município, e garantir o bom funcionamento dos serviços e prédios próprios.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Requisitos de Entrega

1. Prazo de Entrega: Todos os materiais devem ser entregues no prazo máximo de 5 dias após a emissão do pedido (justificado pela necessidade de manutenção contínua e imediata dos prédios públicos)
2. Local de Entrega: conforme orientação da Secretaria de Planejamento (sem ônus de entrega), mediante autorização/requisição do Secretário de Administração e Finanças.
3. Embalagem: Todos os materiais devem vir embalados na sua embalagem original ondem contém informações do produto, bem como validade se for o caso e selos de garantia e fabricação conforme IMETRO.

Garantia, manutenção e assistência técnica

1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 3 (três) meses.



2. Produtos com avarias ou fora da embalagem original não serão aceitos.
3. Em caso de mal funcionamento ou não funcionamento do produto, a empresa devesse providenciar a troca do produto sem custo adicional para a contratante.
4. Em caso de material que recebera energia, (exemplos lâmpadas), a contratante pode exigir ou não, testes antes da entrega final.

Margem de Preferência

1. Nos termos do Decreto Municipal nº 21.231/2024, será concedida prioridade de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município de Dois Vizinhos ou na região sudoeste do Paraná, até o limite de 10% acima do menor preço válido, conforme previsto no §3º do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006. Além disso, será realizada a reserva de até 25% do objeto para contratação exclusiva de ME/EPP, em conformidade com a legislação vigente, fomentando o desenvolvimento econômico local e regional.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

1. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

() SIM

(x) NÃO

9. JUSTIFICATIVAS



(Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021) A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

A presente contratação visa o fornecimento de materiais elétricos destinados à manutenção predial das instalações da administração pública. Considerando a natureza técnica e a relevância operacional do objeto, justifica-se a exigência de qualificação técnica e econômico-financeira dos licitantes, conforme detalhado a seguir:

Qualificação Técnica

Considerando que o objeto da presente licitação consiste no fornecimento de materiais elétricos classificados como bens comuns, cujas especificações podem ser objetivamente definidas no edital com base em normas técnicas usuais de mercado (ex.: ABNT, NBR, Inmetro), não será exigida qualificação técnica vinculada a conselho profissional, uma vez que não há determinação legal que imponha tal requisito.

Ainda assim, será exigida dos licitantes a apresentação de produtos em conformidade com as normas técnicas vigentes e certificações obrigatórias, como os regulamentos do Inmetro, garantindo que os materiais fornecidos atendam aos padrões de segurança e desempenho necessários. Essa medida assegura a qualidade dos bens adquiridos, reduz riscos de fornecimento inadequado e promove maior eficiência na execução contratual, sem restringir indevidamente a competitividade do certame.

**Qualificação Econômico-Financeira**

A exigência de qualificação econômico-financeira visa garantir que os licitantes tenham capacidade financeira para suportar os encargos decorrentes do contrato, incluindo:

- Manutenção de estoque adequado;
- Cumprimento de prazos de entrega;
- Pagamento regular de fornecedores, tributos e encargos trabalhistas.

Tal exigência mitiga riscos de inadimplemento, interrupção no fornecimento ou falência da contratada, protegendo o interesse público e assegurando a continuidade dos serviços de manutenção predial.

Critério de Julgamento

O critério de julgamento adotado será o de menor preço global, na forma de maior desconto sobre o valor estimado, conforme previsto no art. 33, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. Considerando que o objeto é indivisível e corresponde a um único item — valor destinado à aquisição de materiais elétricos diversos — a escolha por este critério assegura: Economicidade, transparência e isonomia entre os licitantes, além de simplificar a gestão contratual e o controle de estoque.

Forma de Aquisição A presente licitação não se dará por lote, uma vez que o objeto é indivisível e corresponde a um único item (valor global destinado à aquisição de materiais elétricos). A opção pelo preço global se justifica pela necessidade de:

- Racionalizar o processo de compra e reduzir custos administrativos;
- Garantir padronização dos materiais adquiridos;
- Facilitar o planejamento e controle de estoque, evitando descontinuidade nos serviços.

Participação em Consórcio

Não será admitida a participação de empresas em consórcio, tendo em vista que o objeto não apresenta complexidade técnica que justifique tal modalidade.



A vedação busca simplificar o processo licitatório e evitar dificuldades adicionais na gestão contratual.

Quanto ao Simples Nacional, Pessoa jurídica reunida em consórcio e cooperativas:

A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional?

Sim. ME/EPP podem se beneficiar do Simples Nacional, pois o objeto é aquisição de bens.

Poderá participar Sociedades Cooperativas?

Sim. As sociedades cooperativas podem participar da licitação para fornecimento de bens (como material elétrico), desde que atendam às exigências do edital e habilitação.

Da vedação à subcontratação

Considerando o objeto da presente licitação – aquisição de material elétrico –, não será admitida a subcontratação do fornecimento. A vedação fundamenta-se no art. 122, §2º, da Lei nº 14.133/2021 e no entendimento consolidado pelo Acórdão TCU nº 2450/2025 – 2ª Turma, que exige motivação expressa para restrições dessa natureza. A medida visa garantir a rastreabilidade, qualidade e responsabilidade direta da empresa vencedora sobre os materiais fornecidos, evitando intermediações que possam comprometer a execução contratual.

Quanto a Possível adesão a Ata de Registro de Preços

O Município de Dois Vizinhos não procedeu à adesão a Atas de Registro de Preços de outros entes, uma vez que o objeto da presente contratação não foi estruturado nesse regime, mas sim como fornecimento global de materiais elétricos, com julgamento pelo critério de maior desconto linear sobre a tabela SINAPI-PR, modalidade não contemplada em Atas externas. Ademais, não foram identificadas Atas vigentes que atendam integralmente às especificações técnicas exigidas, tais como conformidade às normas ABNT/NBR e certificações do Inmetro, circunstância que inviabiliza a adesão sem prejuízo à qualidade e à segurança dos materiais. Ressalta-se, ainda, que a realização de licitação própria assegura o alinhamento com o Plano Anual de Contratações do Município, proporciona maior controle orçamentário e permite a aplicação de políticas de fomento à economia local, mediante reserva de cotas e concessão de margem de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte da região, promovendo o desenvolvimento econômico regional.

10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL

(art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;



Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente.

Preferência por produtos de baixo impacto ambiental;

Não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos (Lei nº12.305/2010);

Preferência para produtos reciclados e recicláveis, bem como para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (Lei nº12.305/2010);

Aquisição de produtos e equipamentos duráveis, reparáveis e que possam ser aperfeiçoados;

Opção gradativa por produtos mais sustentáveis, com estabelecimento de metas crescentes de aquisição, observando-se a viabilidade econômica e a oferta no mercado, com razoabilidade e proporcionalidade;

Adoção de procedimentos racionais quando da tomada de decisão de consumo, observando-se a necessidade, oportunidade e economicidade dos produtos a serem adquiridos;

Observância às normas técnicas, elaboradas pela ABNT, para aferição e garantia da aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados; e

Conformidade dos produtos, insumos e serviços com os regulamentos técnicos pertinentes em vigor expedidos pelo Conmetro/Inmetro de forma a assegurar aspectos relativos à saúde, à segurança, ao meio ambiente ou à proteção do consumidor e da concorrência justa (Lei nº9.933/1999).

Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, utilizando materiais



recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

(art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

Da contratação do objeto deste ETP espera-se o fornecimento de Materiais Elétricos de boa qualidade e de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência, objetivando a compra com o menor preço possível, tendo por objetivo a economicidade e o melhor aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis.

A adequação dos materiais elétricos às normas técnicas e de segurança vigentes, garantindo a confiabilidade e a durabilidade dos produtos.

A capacidade de atendimento da demanda, considerando o prazo, a quantidade e a frequência do fornecimento, evitando atrasos, faltas ou excessos de materiais.

A responsabilidade socioambiental da empresa fornecedora, demonstrando o compromisso com o desenvolvimento sustentável, a preservação dos recursos naturais, a redução dos impactos ambientais e a valorização dos direitos humanos e trabalhistas.

O objeto da contratação é caracterizado como:

Bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

12. REGIME DE FORNECIMENTO



(Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021) o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

O regime de fornecimento adotado para esta contratação será por demanda contínua, com entregas programadas conforme as necessidades reais da administração pública, visando garantir o abastecimento regular de materiais elétricos para manutenção predial.

A contratação prevê uma empresa com capacidade de atendimento imediato, permitindo que os materiais sejam retirados conforme a demanda, sem necessidade de armazenamento prévio em depósito. Essa abordagem evita o acúmulo excessivo de insumos, reduzindo riscos de deterioração, obsolescência e sobras de material, além de promover maior controle sobre o uso dos recursos públicos.

Ao adquirir somente o necessário para cada momento, a administração otimiza a gestão de estoque, melhora a eficiência operacional e contribui para a sustentabilidade do processo de manutenção predial. Essa estratégia também favorece a economia de escala, ao permitir negociações mais vantajosas com fornecedores locais, que operam com maior agilidade e menor custo logístico.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

(art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;



Não há necessidade de providências específicas adicionais, tendo em vista que o gestor, o fiscal e o suplente designados para o contrato já são servidores experientes e possuem conhecimento técnico e administrativo suficiente para acompanhar a execução contratual.

Ainda assim, a Administração assegurará a capacitação contínua dos servidores envolvidos, em conformidade com o art. 7º da Lei nº 14.133/2021, garantindo atualização sobre normas, procedimentos e boas práticas de fiscalização, bem como a disponibilização de instrumentos de apoio, como modelos de relatórios, checklists e sistemas eletrônicos de acompanhamento, para facilitar o controle e a gestão contratual, além da integração entre os fiscais e o gestor, assegurando comunicação eficiente e pronta resolução de eventuais ocorrências durante a execução.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Carlos Eduardo Mangini
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Isaac Martins
Fiscal Técnico:	Não Há Necessidade
Suplente do Fiscal de Recebimento/Execução:	Leonardo Assis Walendolff de Oliveira

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Os objetos desse certame fazem relação com o contrato 210/2023 de SERVIÇO DE MANUTENÇÕES ELÉTRICAS DOS PRÉDIOS PÚBLICOS, obtidos através do pregão 132/2023.

15. ALINHAMENTO COM O PAC



(art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021) demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

O objeto de contratação está contido no Plano Anual de Contratação, descrito abaixo:

Id do Item	Categoria	Identificador da Futura Contratação	Nome da Futura Contratação
8041	Material	987541-40/2026	Material Elétrico para manutenção geral
8042	Material	987541-40/2026	Itens diversos

16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS

- ☒ Global
☐ Lote(s) de Itens
☐ Por Itens

17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?

- ☒ Bens e serviços comuns
☐ Bens e serviços especiais
☐ Serviço comum de engenharia
☐ Serviço especial de Engenharia

O objeto da presente licitação consiste no fornecimento de materiais elétricos diversos destinados à manutenção predial. Tais materiais se enquadram como bens comuns, pois:

- Possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no edital, com base em especificações usuais de mercado e normas técnicas vigentes (ex.: ABNT/NBR).



- São produtos de larga escala e ampla disponibilidade, comercializados por diversos fornecedores, sem necessidade de desenvolvimento específico ou customização complexa.
- Suas características são padronizadas e comparáveis, permitindo julgamento objetivo das propostas pelo critério de menor preço global.
- Não envolvem serviços de engenharia, nem apresentam complexidade técnica que justifique enquadramento como bens ou serviços especiais.

Assim, a classificação como bens e serviços comuns atende ao disposto no art. 6º, inciso XXI da Lei 14.133/2021, garantindo maior competitividade, transparência e economicidade no processo licitatório.

- (x) Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos
- () Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra
- () Serviços não contínuos ou contratados por escopo
- () Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

O objeto da presente licitação consiste no fornecimento de materiais elétricos diversos, destinados às manutenções preventivas e corretivas das instalações prediais da Administração Pública. Trata-se de fornecimento contínuo, pois:

- Os materiais serão adquiridos de forma recorrente e prolongada, conforme a necessidade da Administração, para garantir a continuidade dos serviços de manutenção.
- A demanda é permanente, decorrente da natureza das atividades administrativas e da necessidade de manter as instalações em condições adequadas de funcionamento e segurança.



- Os produtos possuem características padronizadas e usuais de mercado, permitindo especificações objetivas no edital e ampla competitividade entre fornecedores.
- Não se trata de serviço com dedicação exclusiva de mão de obra, nem de contratação por escopo ou de serviços técnicos especializados de natureza intelectual.

Assim, o enquadramento como serviços e fornecimentos contínuos está em conformidade com o art. 6º da Lei 14.133/2021, garantindo a adequada motivação e segurança jurídica do processo licitatório.

18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Considerando o objeto da presente licitação — fornecimento contínuo de materiais elétricos destinados à manutenção predial — não será exigida garantia de execução contratual, pelas seguintes razões:

- O contrato refere-se ao fornecimento de bens comuns, padronizados e de ampla disponibilidade no mercado, com baixo risco de inadimplemento ou de prejuízos relevantes à Administração.
- Não há prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, hipótese em que a exigência de garantia seria obrigatória, conforme Anexo VII-F da IN Seges nº 5/2017.
- A mitigação de riscos será assegurada por outros mecanismos, tais como:
 - Exigência de qualificação técnica e comprovação de fornecimentos similares;
 - Exigência de qualificação econômico-financeira, garantindo capacidade de cumprimento das obrigações;
 - Fiscalização contratual contínua pela Administração.

Considerando o objeto da presente licitação — fornecimento contínuo de materiais elétricos destinados à manutenção predial — não será exigida garantia



de execução contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que se trata de bens comuns, padronizados e de ampla disponibilidade no mercado, com baixo risco de inadimplemento. Ressalta-se, entretanto, que será exigida a garantia legal e contratual dos bens fornecidos, conforme previsto no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor, devendo os materiais apresentar prazo mínimo de 3 (três) meses ou aquele indicado pelo fabricante em etiqueta ou certificado de garantia.

19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Diante das informações apresentadas neste estudo técnico preliminar, concluímos pela viabilidade e necessidade da contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais elétricos de qualidade, conforme as especificações técnicas e os requisitos de sustentabilidade ambiental definidos no termo de referência.

A contratação visa atender à demanda da Administração Municipal por materiais elétricos para a manutenção dos prédios públicos, garantindo a continuidade e a eficiência dos serviços públicos prestados à população.

A não contratação pode acarretar em prejuízos operacionais, financeiros e sociais, como a interrupção ou a precarização dos serviços de atendimento, o aumento dos custos de manutenção, o desperdício de recursos naturais e a insatisfação dos usuários.

A modalidade de licitação escolhida para a contratação é o pregão eletrônico, por se tratar de uma aquisição de bens comuns, de ampla concorrência e de fácil padronização. O tipo de licitação será o de menor preço, por lote, considerando o valor global do fornecimento.

20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC

(Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021) a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;



- ☒ Pregão, ☒ Tradicional ☐ SRP
☐ Concorrência, ☐ Tradicional ☒ SRP
☐ Concurso
☐ Leilão
☐ Dialogo Competitivo

Procedimentos auxiliares

- ☐ Credenciamento (Inexigibilidade-Chamamento)
☐ Pré-Qualificação
☐ Procedimento de Manifestação de Interesse,

Contratação Direta:

- ☐ Dispensa ☐ com disputa ☐ sem disputa
☐ Inexigibilidade de licitação.

Critério de julgamento:

- ☐ menor preço
☐ melhor técnica ou conteúdo artístico
☐ técnica e preço
☐ maior retorno econômico
☒ maior desconto
☐ maior lance

Modo de disputa: O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

- ☒ Aberto
☐ Fechado
☐ Aberto e Fechado
☐ Fechado e Aberto



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Caráter do orçamento estimado SIGILOSO

☐ SIM

☒ NÃO

21. Qual será a fonte dos recursos a serem utilizados?

☒ Recursos Próprios

☐ Recursos Estaduais

☐ Recursos Federais

Dois Vizinhos, 21 de novembro de 2025.

Carlos Eduardo Mangini
Secretário de Planejamento e ações estratégicas
Responsável pela Elaboração do ETP